

Maria Clara Bueno Fischer



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

mariaclara180211@gmail.com

Betânia Cordeiro



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

betaniascordeiro@gmail.com

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AMPLIADA NO TRABALHO ASSOCIADO

RESUMO

Argumenta-se que experiências de trabalho associado, no âmbito da Economia Solidária, promovem uma qualificação profissional ampliada dos trabalhadores que, por sua vez, gera tensões e complementações com saberes e valores produzidos em trajetórias de trabalho progressas, incluindo significados e sentidos atribuídos à categoria profissão. A pesquisa, referência para o texto, objetivou conhecer e compreender como vivências de trabalho marcam a qualificação de pessoas que escolheram trabalhar de forma associada e solidária. O referente empírico são trajetórias de trabalhadores de uma cooperativa de confecção do sul do Brasil, captadas por entrevistas narrativas. O conceito de qualificação profissional ampliada é de ALANIZ (2003) e serviram de orientação os estudos sobre profissão de FRANZOI (2006).

Palavras-chave: Trabalho associado. Economia solidária. Saberes do trabalho. Qualificação profissional. Trajetórias.

EXPANDED PROFESSIONAL QUALIFICATION IN ASSOCIATED WORK

ABSTRACT

It is argued that associated work experiences, within the Solidarity Economy, promote an expanded professional qualification of workers that, in turn, generates tensions and complements with knowledge and values produced in previous work trajectories, including meanings attributed to the category profession. The research, reference for the article, aimed to know and understand how work experiences mark the qualification of people who chose to work in an associated and solidary way. The empirical referent is the trajectories of workers in a clothing cooperative in southern Brazil, captured through narrative interviews. The concept of extended professional qualification is from ALANIZ (2003) and FRANZOI's (2006) studies on the profession were used as a guide.

Keywords: Associated work. Solidarity economy. Work knowledge. Professional qualification. Trajectories.

Submetido em: 10/11/2020

Aceito em: 23/06/2021

Publicado em: 30/11/2021



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p465-488>



1 INTRODUÇÃO

É a partir do contexto de fortalecimento de políticas neoliberais, no final do século XX, que se multiplicam, no Brasil, organizações econômicas associativas de trabalhadores(as) do campo e da cidade. Para sobreviverem e/ou se contraporem à lógica capitalista, por meio da ação coletiva e autogestionária, os(as) trabalhadores(as) expulsos(as) do mercado de trabalho assalariado ocupam fábricas fechadas, criam associações, cooperativas de produção, consumo e crédito¹. Em torno de um movimento que internacionalmente ganha a denominação de Economia Solidária², trabalhadores(as) constroem unidades de trabalho associado, articulam redes de produção e comercialização, complexos cooperativos e cadeias produtivas. Imersos(as) em suas experiências de trabalho associado e solidário, eles(as) experimentam, no dia a dia da produção da vida, uma divisão social e técnica do trabalho diferente da estabelecida na empresa capitalista e/ou no trabalho autônomo, inauguram uma cultura do trabalho associado: uma “magnífica escola”³! (TIRIBA; SICHÍ, 2011).

A Economia Solidária é feita por mulheres e homens com histórias marcadas por trajetórias ocupacionais e profissionais variadas e, em geral, com baixos níveis de escolarização e de formação profissional, que influenciam na maior ou menor qualificação do processo e do resultado do trabalho. Por outro lado, estão participando da construção de experiências de trabalho associado, orientadas por valores e saberes vinculados à solidariedade, a novas formas de organização e gestão do trabalho que se contrapõem à organização e à lógica do trabalho explorado do sistema do capital. Assim, valores, saberes e identidades se misturam e se transformam de forma contraditória e complexa

¹ Tiriba e Fischer (2015, p. 416) assinalam a existência de, pelo menos, três espaços/tempos de produzir a vida associativamente e que são atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem. “São eles: a) Espaços/tempos revolucionários, quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões; b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência se configuram como parte integrante da economia solidária, economia popular solidária ou qualquer outra denominação que, embora não sejam sinônimos, anunciam a construção de uma economia alternativa ao capital; c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais.

² “O termo economia solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Expandindo-se, a economia solidária veio a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito” (GAIGER, 2013, p. 212). Cabe salientar que os sujeitos da pesquisa que deu origem a este texto se reconhecem como pessoas que participam do movimento da economia solidária.

³ Henrique Novaes (2013) se refere à “autogestão como magnífica escola” enfatizando o papel educativo do trabalho cooperativo.

nos modos de trabalhar em empreendimentos econômicos solidários. As reflexões trazidas neste artigo se situam nessa problemática e tomaram como base resultados de pesquisa empírica⁴ em uma cooperativa.

No exercício laboral dos sujeitos dos diferentes setores da cooperativa havia marcas de patrimônio individual. Havia indícios de que tal patrimônio era mobilizado e, ao mesmo tempo, refazia-se no cotidiano da produção interferindo nos processos e nos resultados do trabalho. Diferenças simples, como costurar um bolso de um jaleco até a maior ou menor desenvoltura para atuar de forma associada e assumir tarefas de gestão, indicavam a existência de experiências de trabalho, geradoras de saberes prévios que eram fonte de debates de normas e de escolhas cotidianas. A partir daí, a pesquisa se propôs a conhecer e a compreender como vivências de trabalho marcam a qualificação de pessoas que escolheram trabalhar de forma associada e solidária. O desafio que se colocou, então, foi realizar entrevistas narrativas para conhecer as trajetórias ocupacionais, profissionais e de formação para o trabalho dos sujeitos e sua compreensão sobre o que é ser e como se tornar profissional⁵.

A UNIVENS – Cooperativa Unidas Venceremos – há vinte anos se reinventa, enraizada em conteúdos e valores do trabalho associado e orientada por objetivos de sustentabilidade social. A cooperativa produz bolsas, camisetas, jalecos, calças em algodão e poliviscose com serviços de serigrafia. Ela também integra, junto com outros cinco empreendimentos solidários, a Cooperativa Central Justa Trama⁶, constituindo uma cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico. Cerca de 600 trabalhadores(as) estão integrados à rede: agricultores familiares do Ceará e do Mato Grosso do Sul; coletores de sementes e artesãos de Rondônia; fiadores e tecedores de Minas Gerais e costureiras e artesãos do Rio Grande do Sul.

⁴ Trata-se da pesquisa “Formação de adultos para e no trabalho associado: atividade de trabalho, profissão e biografias”. Alguns dos objetivos da pesquisa foram: a) Identificar e analisar marcas formadoras nas histórias de vida, educação e trabalho de costureiras e de serígrafas; b) Enunciar diferentes espaços de participação dos sujeitos da pesquisa, considerando relações e grupos de pertencimento distintos do que definem como trabalho, mas que lhes são concernentes; c) Contribuir com a apropriação e as melhorias de processos e de resultados do trabalho de costura e de serigrafia; d) Contribuir para (re)definir concepções de qualidade de processos e de produtos do trabalho associado. Neste artigo, trazemos reflexões concernentes ao primeiro objetivo.

⁵ Importa registrar que não foi objeto de nossa reflexão analisar todos os elementos que constituem uma profissão e, portanto, um profissional. O foco foi a dimensão dos saberes, elemento central constituidor de um profissional. Evidente que a regulação pelo Estado e a organização sindical são constitutivas do estudo das profissões. No caso dos(as) trabalhadores(as) desta pesquisa, as atividades que realizam estão no Código Brasileiro de Ocupações (CBO): costureira e serígrafo. Do ponto de vista da organização sindical, costureiros(as) têm sindicatos organizados no Brasil.

⁶ A Justa Trama disponibiliza informações atualizadas no sítio <http://www.justatrama.com.br> e também nos livros de Nelsa Nespolo (2014, 2020).

A UNIVENS é uma experiência do ramo da confecção que faz parte dos 40% de iniciativas de trabalho, no Brasil, com até trinta sócias(os) e com 10 a 19 anos de atividade, de acordo com o II Mapeamento Nacional da Economia Solidária (GAIGER, 2011). No momento da pesquisa, 22 trabalhadoras e um trabalhador compunham a cooperativa, trabalhando de forma integrada em três setores: corte, costura e serigrafia.

2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Foram analisadas as trajetórias de sete trabalhadoras e de um trabalhador dos três segmentos da cooperativa. O corpus da pesquisa compreendeu, além das entrevistas narrativas individuais, um encontro das entrevistadas⁷ para apreender aproximações, distanciamentos e aprofundamento de determinados temas das narrativas. O convite para participar das entrevistas foi feito para todas as pessoas da cooperativa, em encontro coletivo chamado pela presidente da cooperativa. Na ocasião, informou-se o objetivo e a importância da participação de pessoas de todos os setores. Voluntariamente, sete integrantes se candidataram.

As pessoas tinham entre 44 e 63 anos à época, nasceram no RS, metade delas em Porto Alegre. As mulheres, embora em alguns casos já tivessem trabalhado em outro ramo, trabalhavam, a maior parte de suas vidas, com costura ou corte/costura em indústria de confecção, em fábricas ou como costureiras autônomas. Quanto a seus aprendizados para o ofício, é marcante o aprender fazendo e observando desde a lida com a costura em casa, até o aprendizado em fábricas, fábricas ou atelieres marcado, predominantemente, por relações de trabalho hierárquicas e com rígida divisão do trabalho. Em um caso é mencionada a participação em curso de modelagem. No caso do entrevistado, sua trajetória em indústria de tintas e um “curso de garagem” o formaram para o ofício de serígrafo na cooperativa. Três das entrevistadas exerciam funções de direção na cooperativa.

A opção pela entrevista narrativa (SCHÜTZE, 2010, p. 212-213) se deveu ao interesse em analisar, a partir de uma narrativa autobiográfica, a experiência e a compreensão dos sujeitos acerca de suas trajetórias de trabalho – ocupacionais ou profissionais – desde antes de se inserirem na cooperativa. A orientação técnica da entrevista foi construída se inspirando na proposição do autor, que indica três partes na

⁷ Por mulheres serem maioria no grupo entrevistado, a referência aos sujeitos da pesquisa, daqui para frente, será feita no feminino.

realização da entrevista: 1- narrativa autobiográfica inicial; 2- exploração dos “fios temáticos narrativos transversais” e 3- o incentivo “à descrição abstrata de situações, de percursos e contextos sistemáticos que se repetem”, na busca de teorização do entrevistado acerca do descrito.

Optou-se por uma introdução inicial para que as entrevistadas narrassem suas experiências de trabalho. Elas foram convidadas a contar como e por que se tornaram costureiras ou serígrafas. Num segundo momento, foram retomados os fios da narrativa inicial com especial atenção aos aspectos referentes à escolha da profissão e suas expectativas presentes e futuras; aos saberes necessários à atividade de trabalho que realizam; ao reconhecimento social de sua profissão; ao trabalho na cooperativa; a sua inserção na cooperativa e às especificidades de atuação no trabalho associado *vis a vis* a experiências anteriores. Em um terceiro momento, foi incentivado o exercício de conceitualização das entrevistadas acerca dos temas profissão e trabalho profissional.

Após realização e análise das entrevistas individuais, a equipe de pesquisa selecionou, nos depoimentos individuais, seis afirmações densas, carregadas de sentido e relacionadas aos objetivos da pesquisa. Cartazes com as frases foram confeccionados e foram apresentados às entrevistadas em encontro coletivo. O objetivo foi aprofundar os temas com reflexões em torno de aproximações e distanciamentos presentes nas narrativas individuais. Esse momento foi importante para apreender, na percepção dos próprios sujeitos, patrimônios oriundos de trajetórias individuais e outros que pudessem ser situados como trajetórias coletivas. Além disso, poderia contribuir como mais um momento formativo para o próprio grupo, oportunizado pela pesquisa.

O encontro coletivo e todas as entrevistas individuais foram realizadas entre os anos de 2014 e 2016. Todos foram gravados em áudio e vídeo, transcritos e analisados pela equipe de pesquisa, tomando como base unidades temáticas centrais definidas a partir dos referenciais teóricos da pesquisa apresentados a seguir.

2.1 Trajetórias ocupacionais, profissionais, profissão e qualificação, marcos para o debate

O estudo de trajetórias profissionais ganha relevância nas pesquisas da sociologia do trabalho na década de 1990, no contexto de crise estrutural do emprego e da flexibilização das relações entre capital e trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva necessária ao regime de acumulação flexível do capital. Nesse contexto,

emergem as experiências associativas para enfrentar o desemprego. Alguns trabalhadores com trajetórias ocupacionais, outros com trajetórias propriamente profissionais vão se encontrar em cooperativas e associações de trabalhadores. No Brasil, estudos começam a ser feitos relacionando as trajetórias dos trabalhadores e os seus destinos profissionais. “O fator tempo passou a ser incorporado na análise como um elemento central” (COGO, 2011, p. 465), o que possibilitou acompanhar a vivência dos trabalhadores dentro e fora do mercado de trabalho. A possibilidade de reinserção em um novo emprego deixou de ser explicada somente pelo perfil do desempregado e passou a merecer uma análise longitudinal de sua história, posto que as experiências pregressas condicionam as futuras. Na pesquisa em parte aqui apresentada, tratou-se de entender se e como as experiências nas trajetórias pregressas das trabalhadoras condicionaram sua performance laboral na cooperativa.

Guimarães (apud COGO, 2011, p. 465-466) destaca ainda outro aspecto que, como se verá, também foi identificado no grupo entrevistado nesta pesquisa

Mais ainda, as estratégias de busca de emprego [de trabalho, em sentido amplo] têm nas redes sociais constituídas, seja nas experiências de trabalho, seja nos momentos de desemprego, a partir do grupo familiar, um importante fator de explicação do êxito na obtenção de um novo posto de trabalho.

As entradas e saídas dos trabalhadores de seus empregos não são explicadas somente por elementos individuais. As características que o modo de produção capitalista assume em determinado momento histórico, tensionando as relações capital-trabalho, a dinâmica estrutural do mercado, novas configurações do trabalho, também interferem nesse movimento. Na avaliação de Cogo (2011), o desafio do trabalhador em ter uma reinserção laboral bem sucedida se traduz na possibilidade de preservação e aproveitamento de seu capital de qualificação. Na severa conjuntura instaurada pelo processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores demitidos foram sendo deslocados para fora dos setores nos quais forjaram sua profissionalização, limitando o uso e a ampliação da qualificação acumulada e impactando em sua identidade socioprofissional (COGO, 2011). Parte dos trabalhadores da economia solidária compõe esse universo. Alguns irão permanecer em setores nos quais forjaram sua profissionalização, porém inseridos, agora, em postos de trabalho associado.

A profissionalização do trabalhador, entendida aqui, conforme a define Franzoi (2006), como o ato do indivíduo tornar-se profissional⁸, vê-se afetada por sua trajetória profissional ou ocupacional e, também, pela ausência de formação, uma vez que a profissionalização é uma inter-relação entre formação e inserção no trabalho. Tal compreensão de profissionalização é coerente com a definição que a autora faz de profissão e que também foi empregada em nesta pesquisa. Para Franzoi (2006, p. 50), a profissão de um indivíduo “é entendida como sua atividade de trabalho em seu sentido lato e não no sentido de profissão ‘sábria’, que requer formação teórica prolongada, ou de uma ocupação que adquiriu tal status via regulamentação”. Distingue-se de ocupação porque, segundo a autora, profissão implica em maior permanência, diferentemente de ocupação que se associa à ideia de provisoriedade.

A profissão de um indivíduo é aqui definida como o reconhecimento social dos saberes que ele adquiriu na esfera da formação⁹, bem como dos serviços ou produtos que ele é capaz de oferecer, reconhecimento esse conferido por meio de sua inserção no mercado de trabalho, em uma posição correspondente ao conhecimento adquirido (FRANZOI, 2006, p. 50).

Não está em jogo somente o reconhecimento pela sociedade do serviço e dos saberes adquiridos na formação – realizada em instituições certificadas ou no próprio trabalho – mas o reconhecimento de tais elementos pelo próprio indivíduo.

Está em jogo, portanto, a identificação do sujeito com uma profissão, dada pela articulação entre aquilo que o sujeito possui (os recursos de sua trajetória) e o que deseja para si (projetos futuros) com o reconhecimento social e o lugar que a sociedade lhe reserva no mundo do trabalho. Assim como o reconhecimento por parte da sociedade, o reconhecimento por parte do indivíduo envolve, também, de forma articulada, tanto aspectos objetivos, como uma remuneração aceita como satisfatória pelo portador da profissão, quanto aspectos subjetivos, como gostar de desempenhar a atividade, por exemplo (FRANZOI, 2006, p. 50-51).

Sujeitos atuando em iniciativas de trabalho associado, depois de passarem pelo trabalho assalariado, carregam consigo marcas e elementos constituintes que lhes são próprios e que lhes permitem novas compreensões, ou mesmo elaborações, do que é, ou possa ser, um profissional trabalhando em uma cooperativa, para além do domínio específico de um saber (no caso desta pesquisa, saber costurar bem ou fazer uma serigrafia de qualidade, por exemplo). Os sujeitos da cooperativa não puderam optar por

⁸ Franzoi (2006, p. 51) destaca que sua compreensão de profissionalização não conserva o sentido de “processo pelo qual uma ocupação torna-se uma profissão”, como, em geral, lhe é atribuído pela sociologia das profissões.

⁹ Formação que pode se realizar no próprio trabalho, complementa a autora em outro momento de sua definição de profissão (FRANZOI, 2006, p. 50).

seguir uma profissão com formação específica para tal. Sua “escolha” foi trabalhar para sobreviver, como parcela significativa das pessoas que compõem a classe trabalhadora brasileira. Mais do que uma formação para o trabalho, com certificação profissional, trata-se de um saber-fazer construído nas experiências de trabalho ao longo da vida.

Pergunta-se então: que qualificação para o trabalho e que entendimentos de profissional estariam sendo produzidos por essas trabalhadoras, antes e depois de estarem atuando na cooperativa? Que questões e análises podem, ou necessitam, ser feitas tendo como referência a afirmação da presidente da cooperativa estudada, de que “a economia solidária está dentro de um conceito, do ponto de vista profissional, [mas] profissional de um outro conceito, não de um conceito capitalista”? Como esses elementos interferem no conteúdo e na qualidade do trabalho associado hoje?

No trabalho associado, solidário e autogestionário, os trabalhadores se deparam com saberes, comportamentos e valores que são estranhos ao mundo do trabalho assalariado. Por serem donos dos meios de produção, por serem responsáveis pela gestão do trabalho e por terem a responsabilidade de garantir o desenvolvimento e a manutenção de suas unidades de trabalho associado, eles se diferenciam daqueles que, no trabalho assalariado, restringem sua ação ao processo de trabalho, na medida em que estes últimos “continua[m] com pouca possibilidade de compreender a totalidade que envolve a sua atividade produtiva, de organizar o conjunto de seu trabalho e de se envolver em atividades que exigem, fundamentalmente, a ação dos indivíduos sobre os conteúdos científicos” (ALANIZ, 2003, p. 10).

O dia a dia da atividade cooperada e autogestionária exige do trabalhador uma qualificação profissional complexa. Está colocada para ele a necessidade de compreender a atividade produtiva, o sistema onde ela se insere, as relações sociais e produtivas estabelecidas e vigentes e de atuar coletivamente. Na cooperativa, se há espaço para o aprimoramento da técnica de trabalho, há também para aprendizagens em relação à gestão da unidade de produção como um todo. Se há espaço para o aperfeiçoamento do processo de trabalho, há também para o desenvolvimento de habilidades pessoais e comportamentais. Dessa forma, a qualificação profissional na cooperativa autogestionária acontece de maneira a integrar os atos de planejar e executar, o que confere uma ampliação do sentido da qualificação se comparado ao atribuído na empresa tradicional (ALANIZ, 2003, 2007).

Na cooperativa estudada, para além das ambiguidades que atravessam uma empresa autogestionária inserida na sociedade capitalista, vivencia-se uma experiência que interroga o conceito de qualificação para o trabalho. Nela, as trabalhadoras precisam

conhecer todo o processo produtivo; as costureiras, por sua vez, costuram a peça inteira; as trabalhadoras se dividem para ocupar os cargos administrativos e de gestão; as decisões em relação à unidade de produção são tomadas coletivamente. Seja no cotidiano da execução da atividade de trabalho, seja em práticas sistemáticas de formação, essas trabalhadoras seguem em uma formação continuada e confirmam, como sinaliza Alaniz (2003, p. 336), que “o sentido que a prática autogestionária confere à qualificação profissional, ao situá-la para além do processo de trabalho, indica que a qualificação profissional para a cooperativa depende da apropriação, do coletivo, do processo produtivo”.

Essa formação contínua, que qualifica as trabalhadoras também nos conteúdos, afasta-se do tradicional sistema de formação desenvolvido historicamente no Brasil, no qual a qualificação era “entendida como preparação de mão de obra especializada (ou semiespecializada), para fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado formal de trabalho¹⁰” (MANFREDI, 2005, p. 11). Tal formação também se distancia da compreensão de qualificação “concebida como sendo adstrita ao posto de trabalho¹¹”, onde o que importa é “garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais” (MANFREDI, 2005, p. 13-14) e na qual a ideia de qualificação está reduzida a um processo de natureza meritocrática e a um percurso de responsabilidade individual do trabalhador. Entre os inúmeros impactos político-ideológicos que essa compreensão de qualificação acarreta, está a legitimação e a justificativa para a separação entre os trabalhos manual e intelectual, entre os atos de planejar e executar, ao atrelar social e historicamente os níveis hierárquicos de escolaridade aos níveis hierárquicos de postos de trabalho qualificados.

A qualificação profissional se produz por meio de processos intencionais e não-intencionais, formais e informais de educação e nos contextos de vida e de trabalho, momentos nos quais as experiências e os saberes dos trabalhadores ganham forma e conteúdo, onde há a construção de conhecimentos que resultam da combinação dos saberes sistematizados, dos escolares e dos gerados na experiência (MANFREDI, 2005).

¹⁰ Essa concepção de qualificação nasce associada ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960. Trata-se de uma concepção elaborada a partir dos enfoques das teorias do capital humano que “estão ancoradas em enfoques macroeconômicos que privilegiam dimensões relativas ao desenvolvimento econômico, crescimento e diversificação do mercado formal de trabalho e sua relação com os sistemas de educação escolar. Os autores adeptos dessas concepções privilegiam a dimensão escolarizada da educação” (MANFREDI, 2005, p. 12).

¹¹ Tal concepção tem como matriz a lógica taylorista/fordista de organização do processo de trabalho e que entra em crise no final da década de 1980, com os processos de reestruturação produtiva (MANFREDI, 2005).

Vale acrescentar que o trabalho – entendido conforme a tradição marxista, como a ação do homem que transforma a natureza e ao fazê-lo transforma também a si mesmo – é espaço gerador de conhecimento, na medida em que, como uma prática social, caracteriza-se por uma relação dialética entre sujeito e objeto, onde o ato de produzir também é ato de pensar. O trabalho se apresenta, para o trabalhador, como espaço formativo de métodos, técnicas e procedimentos que são incorporados ao longo de sua trajetória de trabalho, permeados por valores, atitudes, crenças, comportamentos sociais e políticos.

Assim, a experiência de trabalho associado e autogestionário encarna saberes e aprendizagens que lhe são próprios. Na cooperativa estudada, no que se refere ao processo de trabalho, a tentativa das trabalhadoras de reduzir a fragmentação do processo de trabalho, de se desafiar a não estabelecer relações desqualificantes com a tecnologia e de se apropriarem da totalidade do processo produtivo lhes confere a possibilidade de uma qualificação ampliada, se comparada à estabelecida no trabalho assalariado e heterogerido, e o desenvolvimento de competências complexas constituídas nas experiências de vida e de trabalho, individuais e coletivas. Da mesma forma, no que se refere ao trabalho como prática social e definidora de identidades, as relações de partilha de poder e decisão, de colaboração e solidariedade e de inter-relação entre o individual e o coletivo, lhes confere uma determinada formação ético-política. Essas características mescladas às trajetórias ocupacionais dessas trabalhadoras, que, como seres históricos, carregam em suas memórias de trabalho experiências vividas no trabalho segmentado e subordinado, forjam seu caminho de qualificação para o trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Redes sociais e a mobilidade dos trabalhadores

As trajetórias ocupacionais dos sujeitos da pesquisa têm como ponto de partida o trabalho assalariado e de chegada o trabalho associado, permeadas de outras formas de trabalho. Todas as trabalhadoras entraram e saíram inúmeras vezes de empregos variados, até chegarem à cooperativa. Suas trajetórias foram marcadas por experiências em diferentes ocupações. A elas, como a maior parte da classe trabalhadora, foi impossível manter uma trajetória linear e ascendente dentro de uma mesma profissão (COGO, 2011).

As entradas e saídas das trabalhadoras entrevistadas nos mais diferentes empregos confirmam que as redes sociais, compostas por amigos, vizinhos, conhecidos e as redes familiares são importantes na obtenção de um novo posto de trabalho (COGO, 2011). Nas histórias dessas trabalhadoras, as redes aparecem como os principais impulsionadores da permanência delas no mercado de trabalho. Foi através do contato com um componente de sua rede que elas alcançaram nova inserção no mercado de trabalho assalariado, como também na cooperativa. Os processos participativos comunitários – associação de moradores, grupos de mulheres, orçamento participativo nos anos de 1990, na cidade de Porto Alegre – foram fundamentais para a inserção de pessoas em empreendimentos econômicos solidários, por exemplo.

Apesar de a maioria das trabalhadoras já chegarem à cooperativa com certa experiência com o trabalho a ser realizado, ali tal experiência e conhecimento prévios acumulados são elementos menos prioritários para o recrutamento do que o são no setor assalariado convencional. Foram elementos significativos para a entrada das trabalhadoras no empreendimento a proximidade espacial entre suas casas e a cooperativa e as relações sociais e políticas que elas estabeleciam na comunidade à época. O desejo de se tornar uma costureira, a habilidade de costurar, ou o domínio da técnica ficaram em segundo plano na hora de se assumir uma vaga na cooperativa. A necessidade de trabalho foi imperativa, nesse caso, como relata a entrevistada L¹².

Como costureira eu posso falar que eu não era costureira né!? Até não tinha muita afinidade com costura. Era metalúrgica e perdi o emprego e aí não tinha outra opção. [...] E eu já tinha neto para cuidar, né!? Facilitava [trabalhar na cooperativa] porque aí é perto de casa e eu podia atender lá e aqui.

A trajetória de L é marcada, entre outras coisas, pelo nascimento do neto, que exige sua presença mais frequente em casa. Essa e outras questões de gênero, como o nascimento de filhos, o casamento, marcam a trajetória ocupacional dessas mulheres. A maior parte delas esteve impedida de trabalhar por certo período de tempo, devido a relações assimétricas de poder entre os gêneros¹³.

A falta ou a pouca experiência para atuar nos setores da cooperativa – corte, costura e serigrafia, além dos espaços administrativos – se apresenta como um obstáculo para o bom andamento da unidade produtiva, que era contornado, à época, pela realização de cursos de costura para futuras cooperadas (ministrados por uma costureira

¹² No texto, os nomes das entrevistadas serão substituídos por letras.

¹³ Fischer (2016) discute este tema no artigo “Sobre as artes de trabalhar coletivamente: reflexões sobre trajetórias profissionais e trabalho associado”, no qual aborda a história de uma das entrevistadas.

experiente da cooperativa) e por processos formativos internos. Dessa forma, a formação do trabalhador é um desafio constante e uma realidade experimentada e enfrentada pelo coletivo de trabalhadoras da cooperativa, que se responsabiliza, em grande medida, pela formação de seus integrantes.

3.2 Saberes escolares, formação pelo trabalho e qualificação ampliada

O saber formal e escolarizado não é marca dessas trabalhadoras, que não terminaram a educação básica e, em sua maioria, nunca estiveram num curso técnico profissionalizante. De fato, estabelecer relações diretas entre o ensino escolar e a prática cotidiana do trabalho não é fácil para elas e, como se sabe, para os estudos acadêmicos. Elas identificam relações que se resumem ao domínio da leitura e da escrita e ao domínio de alguns conceitos e habilidades básicos de matemática. A formação dessas trabalhadoras, que exerceram diferentes atribuições durante suas trajetórias, aconteceu hegemonicamente no trabalho e/ou em ambientes informais onde estabeleceram contatos com integrantes de suas redes sociais. O processo de aprendizagem nesses espaços é permanente e, muitas vezes, marcado pelo autodidatismo. Elas aprendem fazendo, aprendem com os colegas, aprendem olhando, aprendem errando. É na cotidianidade, no fazer do trabalho que elas vão se formando. Mas há diferenças a serem estabelecidas entre os processos de formação vivenciados nas experiências associadas e solidárias e os vividos nas experiências assalariadas e heterogeridas.

No trabalho associado parece haver o consenso de que é tarefa do colega ensinar ao outro. Não se trata de uma competição. Não se trata apenas de quem faz melhor, ou de quem se destaca mais. Trata-se da compreensão de que o desempenho de um impacta no resultado do coletivo. Ainda no trabalho associado, o erro é encarado como uma fase da aprendizagem e não como uma ameaça à permanência no posto de trabalho. Dessa forma, sentimentos experimentados no trabalho assalariado por conta da ameaça de perder o emprego ou da grande competitividade estabelecida entre os trabalhadores, não são marcantes no universo associativo.

No trabalho vivenciado nessa cooperativa, as trabalhadoras experimentam uma qualificação ampliada. As entrevistadas destacaram em suas falas valores como compreensão, liberdade, acolhimento, autonomia, solidariedade, orgulho e confiança. Nenhum desses foi citado pelas entrevistadas quando se referiam a suas experiências no trabalho assalariado. São ainda saberes lembrados como sendo constitutivos da

experiência de autogestão: habilidade de se comunicar, organização, controle de gestão e administração, compreensão política, responsabilidade. Por sua vez, o trabalho assalariado teria ensinado às trabalhadoras elementos de gestão, liderança, disciplina, conhecimentos contábeis, administrativos e jurídicos.

Há ainda, na práxis do trabalho associado, a aprendizagem de conhecimentos relacionados à economia solidária, ao cooperativismo, à autogestão que proporcionam às cooperadas uma vivência que lhes permite um nível de leitura crítica dos processos de trabalho que elas conhecem. Munidas desses e de outros conhecimentos, elas apontam diferenças entre as duas formas de trabalhar: assalariada e associada. O primeiro tipo de trabalho está marcado, na avaliação delas, por fortes traços de vigilância, ameaça, competitividade, pressão e rigor. É o que diz L: “porque a gente, quando trabalha numa firma, sempre existe uma competição, estão sempre um querendo passar por cima do outro, um querendo ser melhor do que outro e a pessoa nunca está com a alma sossegada [...] uma insegurança total!”. Ou, como conta M: “Lá [na fábrica] eles tratam as pessoas que nem um robô. Não são seres humanos as pessoas, para eles”. Por sua vez, o segundo tipo recebe destaque pela constituição de espaços de participação e de gestão compartilhada, pela autonomia do trabalhador, pela possibilidade de conjugar interesses pessoais e de trabalho, pela solidariedade experimentada coletivamente, pela ausência de um patrão.

3.3 Qualidade dos produtos do trabalho associado

As trajetórias individuais de trabalho e a ausência de uma supervisão mais direta em relação ao trabalho realizado na cooperativa interferem, na avaliação de entrevistadas, na qualidade das peças produzidas por elas. O tema da qualidade é bastante caro às cooperadas. A ele são dedicadas horas em assembleias e em reuniões entre as trabalhadoras. As avaliações em relação aos avanços no padrão de qualidade dos produtos são divergentes: “A gente busca sempre nas reuniões, por que que não sai as peças de qualidade? Não se chegou ainda a uma conclusão que melhorasse isso. [...] Nós não estamos conseguindo cobrar essa qualidade [...]. Eu já estou aqui há nove anos e não vejo mudança”, avalia R. Mas há também quem defenda avanços: “Eu acho que já mudou bastante de cinco anos atrás”, garante L.

O desafio de garantir qualidade se apresenta continuamente para o grupo que, sendo bastante heterogêneo em termos de trajetória ocupacional/profissional, identidade

e qualificação também apresenta diferenças em relação à avaliação do produto do trabalho.

Na cooperativa, são as profissionais do corte que recebem dos clientes as encomendas de trabalho e que entregam a eles o produto pronto. A elas cabe a conferência do material. Por isso, mais frequentemente, são elas que percebem possíveis falhas de produção da peça. Na cooperativa, cada costureira identifica as peças que produz por meio de uma letra. Dessa forma, é possível saber quem costurou cada produto. Tal mecanismo serve como base para a avaliação do produto do trabalho de cada trabalhadora. Apesar de a equipe estabelecer normas de controle que lhe permitam avaliar o trabalho, a avaliação não parece se dar sempre de maneira amistosa ou formativa. As costureiras relatam que há certa dificuldade de parte do grupo em receber críticas em relação ao trabalho executado. Sinalizam a existência de certa condescendência, por vezes, entre as cooperadas em relação ao erro cometido na produção.

Às vezes o serviço está errado e, por não ter padrão, [são] as próprias gurias que dão o serviço para nós aqui e que entregam para o cliente. Às vezes, elas ficam, não sei se elas têm vergonha ou, elas ficam sem jeito de cobrar, sabe? Algumas costureiras fazem coisas tão erradas, que elas acabam cobrando, mas, às vezes, as próprias costureiras ficam só reclamando, não aceitam serem cobradas (Entrevistada R).

O certo e o errado, o bem e o mal feito, na cooperativa, não parecem ser definidos somente pela imposição de padrões de qualidade dos produtos pré-determinados, como acontece nas indústrias e fábricas. Há ali um desafio em se negociar o padrão de qualidade e, ao mesmo tempo, levar em consideração as marcas singulares e individuais de cada um no contato com o coletivo associado. A presidente do grupo sinaliza a contradição instalada no processo de produção da cooperativa, na medida em que a organização está inserida em um sistema econômico hegemônico pelo capital. Ela avalia que para o mercado é a uniformidade dos produtos um dos itens que garante a qualidade.

Na Justa Trama a gente até deu o nome de peças, o nome das pessoas que trouxeram aquele modelo. Tem várias aqui “Blusa da Luana”, “Blusa da Maria” [...]. Ao mesmo tempo tem uma sociedade que ela não quer essa, essa individualidade. Quando alguém vem fazer um pedido, ele quer que todas as peças sejam iguais. Exatamente iguais. Portanto ele quer eliminar essa individualidade [...]. Então a gente vive esse conflito. [...] Ele [o cliente] quer que saiam todas iguais [...]. Aliás, é um esforço grande de fazer com que não haja distinção. E que todas sejam feitas com um mesmo padrão (Presidente).

A constante tensão estabelecida entre as marcas individuais das trabalhadoras, seus ensaios criativos e a necessidade de padronização da produção se traduz em desafio e em aprendizado para essas mulheres. Existe entre elas a demanda de mediar a garantia de espaço para as individualidades e o rigor estabelecido por uma produção homogênea que guarda aspectos do processo industrial. Além disso, é necessário ainda um esforço para que tais marcas individuais não sejam estabelecidas a partir dos erros ou das falhas de produção de cada trabalhadora. Como destaca a presidente, na cooperativa, não se pode confundir o “toque pessoal” com “algo que não foi bem feito”.

Do ponto de vista do trabalho associado, diferentemente do trabalho assalariado, a questão da qualidade cobra uma compreensão e uma construção numa perspectiva individual e coletiva concomitantemente. Por serem ao mesmo tempo realizadoras do trabalho, gestoras do negócio e donas dos meios de produção, as trabalhadoras advogam que os efeitos causados pela qualidade do trabalho realizado ou pela falta dela não se limitam a uma trabalhadora. Eles atingem a cooperativa como um todo, como explica M.

É que tem pessoas que [...] não entendem que a cooperativa é nossa, que a gente tem que dar perfeição ao trabalho, cuidar da qualidade. E elas acham que ‘vou fazer aí e se passar passou’. Não é assim! A gente tem que procurar dar qualidade [se não] fica muito feio para todos.

3.4 Experiências de criação

Mas se o processo de produção da cooperativa guarda semelhanças em relação ao processo de produção industrial, onde se estabeleceriam os espaços e os momentos de criação? Criar tem sido um desafio para os trabalhadores, nos marcos do modo de produção capitalista. A divisão social e técnica do trabalho estabelecendo a separação entre o trabalho manual e o intelectual, enquadra os trabalhadores em dois grupos, em tese, distinto e dissociados. Da mesma forma, a divisão técnica do trabalho “comporta, também, a fragmentação, em operações parciais, especializadas e simplificadas, do conjunto de operações e processos necessários para a elaboração de um produto” (HOLZMANN, 2011, p. 128). Cada tarefa passa a ser executada por um trabalhador.

Os trabalhadores organizados de forma associada e solidária não estão imunes a essa compreensão segmentada do processo de produção. Na cooperativa estudada, a fragmentação do processo de produção tem sido combatida com a estratégia de que cabe a todas as trabalhadoras realizarem todas as etapas do processo de produção. Dessa forma, a costureira costura a peça inteira e não somente parte dela, como ocorre nas

fábricas ou facções¹⁴. Quem executa o corte das peças, o faz de maneira completa e o mesmo se dá no setor da serigrafia. Além disso, são as próprias trabalhadoras que se encarregam, de maneira rotativa, da gestão da cooperativa. Por outro lado, vencer a separação entre o trabalho intelectual e o manual parece ser desafio mais distante de ser superado, conforme atesta o depoimento da presidente. “Para o trabalhador, pensar não é a função dele, pensar é a função de outros que não são os que estão operando. E eu acho que desconstituir esses conceitos é algo muito, muito difícil. Muito difícil para a sociedade como um todo. E para os trabalhadores também”.

Sinalizadas barreiras que o processo criativo encontra no mundo da produção hegemônico pelo capital, na pesquisa, o exercício da criação foi debatido com ênfase em duas dimensões, que emergiram nas entrevistas: uma, a partir do ponto de vista do indivíduo e do autorreconhecimento em relação a uma habilidade criadora e outra, que se dá numa perspectiva social-coletiva. Segundo se observou, criar, inovar, inventar pode parecer ação intangível para algumas cooperadas. Apresenta-se o exemplo de uma das mulheres para ilustrar a questão, ainda que ela não seja a única a não reconhecer em seu trabalho marcas pessoais, ensaios criativos, soluções inovadoras, etc.

D trabalha na cooperativa há cerca de 20 anos. É uma das mais experientes do grupo. Sabe costurar, mas atualmente se encarrega de realizar o corte dos tecidos que serão usados na confecção das peças. D afirma que não reconhece marcas pessoais em seu trabalho e que não cria. “Eu corto normal [...]. Eu não sou muito de criar, não. Não sou muito boa em ideias novas”, afirma literalmente. No momento em que é instada a falar sobre os procedimentos executados em seu trabalho e alternativas encontradas por ela para melhorar a performance do setor de corte, ela se recorda de mais de um exemplo de suas “invenções”. Apresenta-se um deles.

[...] A gente vai dando ideias [...]. Assim, umas blusinhas da Justa Trama têm um elástico, né?! Aonde é que tu vai anotar o tamanho do elástico? Eu peguei e anotei, num molde eu anotei todos os tamanhos dos elásticos. Eu anotei ali, né, mas não quer dizer que foi criação minha. Uma outra pessoa que fosse usar iria anotar. Primeiro elas [as blusas] não tinham elástico. Quando elas passaram a ter elástico, fizeram um tamanho para o elástico. Aí a X [fala o nome] anotou não sei aonde, qual o tamanho do elástico e me falou. Então, cada vez que eu precisasse, onde é que tá anotado?! Tem que anotar em algum lugar... então tu vai anotar no molde, porque tu vai pegar o molde e tu vai ver ali a anotação (Entrevistada D).

¹⁴ Facção é o nome atribuído a um sistema de subcontratação da produção comumente empregado pela indústria têxtil, caracterizado pela contratação informal de trabalhadores que se responsabilizam pela produção para outras empresas e marcado por um processo produtivo precarizado e fragmentado (LIMA, 2009).

O processo criativo e a autonomia no trabalho que marcam a atividade de D na cooperativa são encarados por ela como elementos rotineiros, quase naturais. Apesar de não reconhecer explicitamente esses elementos, ao traçar um paralelo entre as experiências de trabalho associado e trabalho assalariado e evocar sua trajetória profissional, D destaca, justamente, características ligadas a episódios de autonomia. Para ela, grandes diferenças estabelecidas entre o trabalho associado e o assalariado são: naquele é marcante a ausência de um patrão, há diálogo e um ambiente participativo e o trabalhador não é considerado “uma peça descartável”.

A cooperativa trabalha, de maneira geral, sob encomenda. Os clientes encomendam determinada quantidade de peças e as mulheres produzem o material e o entregam na data determinada. As peças variam entre as possibilidades de um catálogo pré-determinado, ainda que ele possa ser alterado. Dessa forma, o leque de produção da cooperativa é, de certa forma, limitado. Elas produzem camisas que não variam muito de um cliente para outro. Produzem jalecos que tampouco mudam muito de uma encomenda para outra. O mesmo acontece com outras peças. O trabalho é bastante padronizado nesse aspecto, deixando pequenas margens para inovação ou criação. Entretanto, com a criação da Justa Trama, as mulheres ganham novas alternativas de produção. Portas se abrem. Possibilidades de criação se apresentam, pois com a Justa Trama, elas têm oportunidade de criar modelos e peças, de diferenciar estampas, de tingir o tecido, ou seja, a possibilidade de imprimir marcas individuais e de modificar o trabalho ganha novas proporções.

Dessa forma, na cooperativa, quando a Justa Trama ganhou vida e fôlego – em 2020 completou 15 anos – muitas descobertas foram feitas pelas trabalhadoras. Uma que ganha destaque em suas falas é a do conhecimento que o trabalhador, o executor da ação, guarda consigo acerca do processo de trabalho e do produto realizado. Durante boa parte da existência da Justa Trama, a rede contratou designers para projetar os modelos da marca. Depois de experiências, nas quais eram as próprias cooperadas que criavam modelos, elas estabeleceram como horizonte a meta de que elas assumiriam essa responsabilidade¹⁵.

¹⁵ O episódio principal, mas não único, que evidenciou a possibilidade de concretização dessa meta ocorreu em 2015 quando a Justa Trama dispunha de um recurso resultado de um convênio realizado com a Petrobrás, por meio do projeto “A Trama do Algodão que Transforma”, e que foi usado, em parte, para realizar oficinas de criação com as cooperadas, nas quais elas deveriam produzir modelos para a marca. Atualmente, as cooperadas formaram um grupo, composto pelas trabalhadoras que se dispuseram, responsável pela criação de novas propostas de peças.

As peças eram sempre criadas, a maioria, por estilistas, modelistas, pagos, em que no final das contas, quando as costureiras iam costurar, estavam muito mal desenhadas, os moldes mal feitos. A gente, costureira, que sofre para costurar, então, agora elas resolveram fazer um grupo, né? [...] Porque não adianta pagar um profissional, muitas vezes, muito estudado até, mas eles nunca sentaram em uma máquina para costurar e, na realidade, às vezes os moldes deles não são bons. Então quem sabe ela já costurando e sabendo fazer, vai chegar um acabamento final melhor para a gente (Entrevistada R).

Ter a oportunidade – inédita na maioria das trajetórias profissionais estudadas – de dedicar recursos físicos e mentais para a elaboração de novos produtos apresentou àquelas trabalhadoras capacidades pessoais que elas, aparentemente, desconheciam possuir. Elas se descobriram capazes. Descobriram que existe um saber e um processo de aprendizagem no trabalho que elas executam, uma profissionalidade descolada da escolaridade, mas concreta e manifesta nos moldes com qualidade que elas eram capazes de desenvolver.

Para o trabalhador pouco escolarizado e imerso em um mundo do trabalho dividido social e tecnicamente, descobrir que em seu próprio corpo se processa a união dos trabalhos manual e intelectual lhe fornece ferramentas para estabelecer relações de trabalho diversas das vivenciadas no campo do assalariamento e para constituir novas compreensões acerca de sua profissão. Nada disso acontece sem surpresas para as trabalhadoras, pois se trata de um grande desvio no curso regular que suas trajetórias de trabalho haviam seguido até então. Também não acontece naturalmente, sem que haja intencionalidade e organização dessas trabalhadoras. Assumir o desafio de se responsabilizar pela criação de produtos para a Justa Trama tem sido experiência marcante para as cooperadas, conforme suas falas. Uma experiência na qual a ênfase parece estar na sua complexidade, na quantidade de energia e de trabalho despendidos, na paciência necessária, na conversa demandada e no tempo que ela exige.

Para dar conta da dimensão da criação no trabalho – assim como de outras frentes como: formações e capacitações, participações em atividades e eventos – os trabalhadores e as trabalhadoras organizados associativa e solidariamente precisam fazer a análise do custo material de retirar o trabalhador da linha de produção para que ele possa se dedicar a outras atividades. Se há a compreensão de que criação, formação e participação são investimentos necessários de serem feitos para a manutenção e o desenvolvimento do empreendimento, também há o desafio de equacionar os custos que eles geram para o coletivo. Trata-se de uma complexa decisão econômico-política.

A presidente da cooperativa, em sua fala, dimensiona a complexidade que é para o coletivo do empreendimento arcar com desafios como o da criação.

A gente se deu por conta de que se a gente parasse de trabalhar, e que nesse momento a gente pudesse se dar o tempo de pensar. A gente poderia fazer uma criação melhor ainda. Então a gente na verdade não cria, porque você entra num ritmo de trabalho, que você tem que dar conta, você toca. Bom então tá, deixa que outros pensem, mas quando o seu pensar, ele pode ser valorizado como um momento de trabalho, e você receber e você sabe que pode sair da máquina, mas que no final do mês o seu recurso está garantido e agora você vai pensar, nossa é surpreendente. É surpreendente! (Presidente).

3.5 O profissional forjado na travessia do trabalho assalariado para o associado

Os elementos apresentados até o momento no que tange à criação, à qualificação, à formação e ao aprendizado e a diferenças entre os trabalhos associado e assalariado sinalizam na direção da necessidade de se construir novas compreensões acerca do processo de trabalho e de outros conceitos envolvidos na esfera da produção. Ao se olhar para trajetórias ocupacionais ou profissionais de trabalhadoras que fizeram a complexa transição do trabalho assalariado para o associado, percebe-se o quanto sua vivência e sua práxis vão constituindo formatos outros de relações no trabalho e de compreensão de sua profissionalidade. São as próprias trabalhadoras que percebem que estão desafiadas a criar algo novo. Novos conceitos. Ao unirem elementos de sua trajetória de trabalho e olharem para o que se tornaram, elas vão dando vida a uma ideia de profissional e de trabalho que reproduz parte do instituído pelo trabalho heterogerido, parcializado e subordinado, mas que também e contraditoriamente agrega novos elementos na perspectiva da produção associada.

Na compreensão das cooperadas, a profissionalização vem com a experiência, mais do que com a formação profissional em cursos e está atravessada por uma série de elementos culturais e cognitivos e por uma série de valores. As entrevistadas possuem níveis de domínio diferentes em relação ao trabalho que exercem, assim como também não é o mesmo o tempo de experiência de cada uma. Entretanto, todas se reconhecem profissionais do que fazem, como também são reconhecidas socialmente pelo trabalho que exercem.

Os elementos que definem sua condição profissional variam, em alguma medida, entre elas e por vezes guardam relação com suas trajetórias ocupacionais ou profissionais. A experiência é um deles. Para a maioria das entrevistadas, um profissional

se define pela experiência de trabalho que possui. “Tem que ter muita experiência”, destaca M. Tal afirmação vai ao encontro de suas trajetórias profissionais, posto que foi na lida do trabalho diário que essas trabalhadoras se formaram e aprenderam seu labor.

Também marca a compreensão do que é ser profissional, encontrada nas falas das entrevistadas, a ideia de que um profissional é um trabalhador(a) que possui disciplina. Ela, que se materializa no ato de entregar as encomendas no prazo, de cumprir os horários e os acordos, possibilitaria melhora na qualidade do serviço e no desenvolvimento da cooperativa. O entrevistado A, que trabalhava na serigrafia e que tem uma trajetória profissional marcada pelo exercício de funções de supervisão no trabalho assalariado, avalia que “sem disciplina dificilmente [alguém] vai conseguir alguma coisa”. Para esse trabalhador, ser profissional implicaria também uma determinada postura ética em relação ao trabalho. Na sua avaliação, um(a) profissional, para além de disciplina, deve buscar realizar a tarefa da melhor maneira possível, não deve ter medo de fazer um trabalho e precisa querer aprender.

O profissional também seria o(a) trabalhador(a) que possui uma habilidade, uma técnica, que tem domínio sobre a execução de uma atividade ou tarefa. Ou ainda aquele(a) trabalhador(a) que conhece em profundidade seu campo de trabalho, tem conhecimento e habilidade suficientes para realizar a maioria das atividades encampadas por sua profissão, mesmo que a ele(a) não seja possível obter domínio absoluto sobre sua profissão, uma vez que, conforme destacam as entrevistadas, o processo formativo do trabalhador e da trabalhadora é permanente e contínuo.

Outra dimensão diretamente associada ao conceito de profissional estaria relacionada à qualidade. Desse ponto de vista, profissional é aquele trabalhador que sabe produzir com qualidade, que executa sua atividade com perfeição. Nas fábricas, indústrias ou facções, redutos que se caracterizam pelo trabalho fragmentado, é possível, conforme destacaram as entrevistadas, que o trabalhador execute com perfeição somente uma parte do processo de produção de um produto e que isso constitua sua profissionalidade. O mesmo não acontece na cooperativa, onde à trabalhadora cabe a responsabilidade de executar – e de conhecer – todo o processo de produção. O profissional da cooperativa é aquele trabalhador ou trabalhadora que tem conhecimento e habilidade de realizar todas as fases da produção com qualidade, como explica a entrevistada R: “tem que saber fazer a peça inteira e tem que ter qualidade também”.

A realização da “peça inteira” impregna a cooperativa de um novo conceito de profissional. Se do ponto de vista do capital, as fábricas de modelo taylorista, com suas linhas de montagem fragmentadas e repetitivas definem o processo profissionalizado, do

ponto de vista do trabalho organizado associativa e solidariamente essa fragmentação impede o desenvolvimento integral do trabalhador (HOLZMANN, 2011), esvazia-o de conhecimento.

Você vai numa empresa chinesa hoje, ou numa empresa de confecção, é uma trabalhadora atrás da outra, é extremamente profissional, né!? Saiu tudo igual, mas [o trabalhador] não tem nada. Nada! [...] Ninguém nunca aprovou esse sistema que a gente tem aqui. Hoje todas as cooperadas sabem fazer a peça do começo ao fim. Ninguém aconselha isso. [...] A gente tem uma avaliação que você ser profissional é você fazer uma peça do começo ao fim. Você levantar a peça e dizer: essa aqui, fui eu que fiz. [...] Nas fábricas que trabalhei sempre foi fazendo partes. Sempre é partes e outro trabalhador dando sequência. Por qualquer motivo você é substituído e você não é nada! O trabalhador morre sendo nada. Ele pode dizer que ele é um pintor, mas ele é um pintor de uma porta de um carro. O trabalhador não consegue ter o todo de nada e eu acho que isso é muito importante para o sistema capitalista (Presidente).

A reflexão feita pela presidente apresenta um profissional que tem identidade e identificação com o trabalho que realiza, que se sente autor e se percebe capaz de produzir, de tomar decisões sobre seu processo produtivo, de avaliá-lo e de criar. Para ela, parece ser relevante que o trabalhador adquira e desenvolva saberes e habilidades que lhe permitam se identificar com a atividade, se desenvolver integralmente concretizando suas potencialidades.

Na cooperativa, o profissional também se caracteriza por conhecer todo o funcionamento do empreendimento e não somente a atividade que realiza ou o setor do qual faz parte. Os trabalhadores e trabalhadoras, ao se associarem para produzir trabalho e renda, assumem a responsabilidade pela gestão, como um todo, do empreendimento. Dessa forma, o profissional da cooperativa não termina o dia concluindo sua atividade e batendo o seu cartão. Ele discute, avalia, decide coletivamente questões do empreendimento, inclusive àquelas que não dizem respeito diretamente ao seu setor. Para ele, está colocado, diariamente, o desafio de produzir coletivamente, garantindo participação de todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elementos constitutivos das biografias de trabalhadores e trabalhadoras que realizaram a travessia do trabalho assalariado ou autônomo para o trabalho associado foram identificados e analisados durante a realização da pesquisa que deu origem a este artigo. Levou-se em consideração as possíveis relações estabelecidas entre trajetórias

ocupacionais e profissionais e a significação do que é ser profissional. As compreensões sobre esses pontos emergem das experiências de trabalho vividas no cotidiano do trabalho associado vis a vis às anteriores. Ao narrarem suas trajetórias ocupacionais ou profissionais entrelaçadas por eventos de suas vidas fora do trabalho, os sujeitos da pesquisa evidenciam valores e saberes aprendidos ao longo das experiências laborais; apresentam elementos que marcam suas entradas e saídas no mercado de trabalho; indicam processos formativos e aprendizagens para o trabalho e realizam reflexões sobre qualidade no trabalho, sobre a experiência da criação e sobre diferenças entre os trabalhos assalariado e o associado e expressam suas ideias sobre o que é um profissional.

Os achados dão pistas de como o trabalhador associado, em determinado momento histórico e mediado por um modo de produção hegemônico pelo capital, vai criando entendimentos sobre o que é qualificação profissional, processos de profissionalização e como esses elementos influenciam no processo e no resultado do trabalho associado. As análises dos resultados desta pesquisa reforçam proposições como a de qualificação profissional ampliada de Alaniz (2003, 2007) e sinalizam na direção da necessidade de se estabelecer novos conceitos, novas compreensões do que é, por exemplo, produtividade, qualidade ou ser profissional que dêem conta das especificidades políticas, econômicas, éticas, sócio-culturais e laborais do trabalho associado e solidário.

O nascimento de um profissional se apresenta como processo que tem início e meio, mas que não parece ter fim. É um processo contínuo. Há sempre ajuste a serem feitos. Sempre há o que ser polido para que o trabalho seja mesmo o de um profissional! Um trabalho bem feito! Ser profissional em uma cooperativa encarna, além do trabalho tecnicamente bem feito, questões implicadas na autogestão como: assumir a propriedade e o controle coletivo do trabalho; criar e desenvolver a necessária intimidade com a prática do diálogo horizontal; partilhar desafios, riscos e conquistas de forma solidária, afastando-se da lógica da meritocracia individual, velha conhecida das experiências assalariadas; trabalhar e conviver coletivamente, respeitando e reconhecendo as potencialidades e os limites individuais de todos e todas e, ao mesmo tempo, conjugando os interesses individuais e coletivos; aprender e ensinar tendo como horizonte o desenvolvimento integral do trabalhador, reconhecendo suas potencialidades e, por fim, exercitar uma responsabilidade solidária que permita viver a experiência do trabalho de maneira menos subordinada conciliando necessidades pessoais e coletivas.

Posicionado dentro do campo Trabalho-Educação, este estudo representa uma contribuição às pesquisas que se dedicam à compreensão e à problematização das experiências de vida e de trabalho como formadoras dos trabalhadores e das trabalhadoras organizados por meio do trabalho associado. Nele, ao se combinar estudos sobre a atividade de trabalho com estudos de trajetórias de vida e trabalho, avançou-se na compreensão de que refletir com os(as) trabalhadores(as) sobre seu processo de trabalho aprimora o entendimento que se tem do trabalho e o próprio trabalho, dando passagem à identificação, à elaboração e à afirmação de saberes determinantes para a construção do trabalho, numa perspectiva associada e autogestionária.

Constatou-se que os(as) trabalhadores(as) trazem de sua experiência no trabalho assalariado e heterogerido, assim como de suas trajetórias de vida, saberes e valores que vão sendo apresentados, incorporados, questionados no processo de construção da experiência do trabalho associado. A pesquisa evidencia ainda, por meio das relações estabelecidas entre a cooperativa pesquisada, sua comunidade e atores de outros territórios, a existência de redes que atuam estrategicamente no fortalecimento e/ou desenvolvimento das atividades de trabalho associado, sinalizando a existência de um campo de pesquisa a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Erika Porceli. *Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional na empresa autogerida*. 2003. 356f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília, 2003.

ALANIZ, Erika Porceli. *Qualificação profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COGO, Paulo Sérgio. Trajetórias profissionais. In: HOLZMANN, L.; CATTANI, A. (Orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

FISCHER, Maria Clara Bueno. A arte de aprender a trabalhar coletivamente na vida de uma costureira. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 112-127, jan./abr. 2016.

FRANZOI, Naira. *Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Lua Nova*, n. 83, p. 79-109, 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *RBCS*, v.28, n. 82, p. 211-259, 2013.

HOLZMANN, Lorena. Divisão social do Trabalho. In: HOLZMANN, L.; CATTANI, A. (Orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

LIMA, Angela Maria. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. 355 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. *Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações*. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *Tramando certezas e esperanças: a história não para*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *As tramas da esperança: a história não para...* São Leopoldo: Oikos, 2020.

NOVAES, Henrique. A autogestão como magnífica escola: notas sobre educação no trabalho associado. In: BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique (Orgs). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. São Paulo: Canal 6, 2013.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). *Metodologias de pesquisa qualitativa em educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010, p.210-222.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara. Espaços/tempo milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 24, p. 405-426, 2015.

TIRIBA, Lia; SICHÍ, Bruna. Os trabalhadores e a escola: de olho na(s) cultura(s) do trabalho. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro; Editora UFF, 2011.